

***Empresa Concessionária de
Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL
Pelotas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, mas que por opção da Administração da Companhia foi apresentada, e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC n° 1 SP 179631/O-2 S/RS

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.013	29.833	Fornecedores		2.971	1.577
Clientes	5	5.329	4.292	Empréstimos	11	49.764	-
Despesas antecipadas	6	322	286	Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.204	996
Tributos a recuperar		2	33	Obrigações sociais e trabalhistas		1.752	1.551
Outros créditos		422	294	Partes relacionadas - fornecedores	12	652	346
Total do ativo circulante		<u>21.088</u>	<u>34.738</u>	Provisão para manutenção	13	2.080	420
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		4.606	3.526
NÃO CIRCULANTE				Dividendos a pagar	15.e)	-	10.108
Tributos diferidos	10.a)	6.179	6.347	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		99	95
Depósitos judiciais	7	97	101	Outras contas a pagar		1.533	988
Imobilizado	8	5.916	6.720	Total do passivo circulante		<u>64.661</u>	<u>19.607</u>
Intangível	9	99.714	72.059	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		111.906	85.227	Empréstimos	11	26.209	35.110
				Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		28	86
				Provisão para manutenção	13	1.463	1.189
				Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	14	3.289	2.759
				Tributos diferidos	10.a)	6.928	4.686
				Total do passivo não circulante		<u>37.917</u>	<u>43.830</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15.a)	17.755	17.755
				Reserva de lucros - legal	15.c)	3.551	3.551
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações	15.d)	31	-
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	15.e)	4.179	30.322
				Reserva de capital - ágio na incorporação	15.f)	4.900	4.900
				Total do patrimônio líquido		30.416	56.528
TOTAL DO ATIVO		<u>132.994</u>	<u>119.965</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>132.994</u>	<u>119.965</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	16	156.305	120.958
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	(72.560)	(50.938)
LUCRO BRUTO		<u>83.745</u>	<u>70.020</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(10.213)	(11.042)
Outras despesas, líquidas		<u>(277)</u>	<u>(293)</u>
		(10.490)	(11.335)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>73.255</u>	<u>58.685</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	2.424	1.360
Despesas financeiras	18	<u>(6.985)</u>	<u>(5.133)</u>
		(4.561)	(3.773)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>68.694</u>	<u>54.912</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	10.b)	(21.084)	(15.267)
Diferidos	10.b)	<u>(2.116)</u>	<u>(2.207)</u>
		(23.200)	(17.474)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>45.494</u>	<u>37.438</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	19	<u>2,56</u>	<u>2,10</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Ágio	Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		17.755	-	4.900	3.551	1.681	2.992	30.879
Dividendos pagos (R\$0,09 por ação)		-	-	-	-	(1.681)	-	(1.681)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.438	37.438
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos (R\$0,57 por ação)		-	-	-	-	-	(10.108)	(10.108)
Constituição para reserva de dividendos		-	-	-	-	30.322	(30.322)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		17.755	-	4.900	3.551	30.322	-	56.528
Remuneração com base em ações	15.d)	-	31	-	-	-	-	31
Dividendos pagos (R\$1,71 por ação)	15.e)	-	-	-	-	(30.322)	-	(30.322)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	45.494	45.494
Dividendos intermediários pagos (R\$2,33 por ação)	15.e)	-	-	-	-	-	(41.315)	(41.315)
Destinação do lucro-								
Constituição para reserva de dividendos	15.e)	-	-	-	-	4.179	(4.179)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		17.755	31	4.900	3.551	4.179	-	30.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	68.694	54.912
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.198	4.988
Baixa de ativo imobilizado	45	289
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	5.075	3.948
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	1.563	640
Constituição de provisão para manutenção, líquida	6.037	4.146
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	186	212
Tributos diferidos	2.410	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.037)	(1.050)
Tributos a recuperar	31	(33)
Despesas antecipadas	(36)	94
Depósitos judiciais	4	(18)
Outros créditos	(128)	383
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.394	(2.047)
Obrigações sociais e trabalhistas	201	19
Impostos, taxas e contribuições a recolher	208	56
Partes relacionadas - fornecedores	306	(1.319)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(1.033)	(787)
Pagamento de manutenção	(4.289)	(4.586)
Outras contas a pagar	545	365
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.121)	(14.123)
Juros pagos	(181)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>64.072</u>	<u>46.089</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(1.321)	(784)
Aquisição de intangível	(31.773)	(18.316)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(33.094)</u>	<u>(19.100)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	(54)	(148)
Captação de financiamentos - terceiros	36.000	-
Pagamento de dividendos	(81.744)	(1.681)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(45.798)</u>	<u>(1.829)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(14.820)</u>	<u>25.160</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.833	4.673
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.013	29.833
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(14.820)</u>	<u>25.160</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	135.870	112.442
Com construção	31.546	17.958
Outras receitas	<u>680</u>	<u>324</u>
	<u>168.096</u>	<u>130.724</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(60.392)	(40.760)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(4.448)	(5.587)
Outros	<u>(276)</u>	<u>(286)</u>
	<u>(65.116)</u>	<u>(46.633)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>102.980</u>	<u>84.091</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(6.198)	(4.988)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>96.782</u>	<u>79.103</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.424	1.360
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>99.206</u>	<u>80.463</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>99.206</u>	<u>80.463</u>
Pessoal	<u>11.736</u>	<u>10.864</u>
Remuneração direta	9.549	8.993
Benefícios	1.701	1.443
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	486	428
Impostos, taxas e contribuições	<u>34.992</u>	<u>27.240</u>
Federais	28.184	21.608
Municipais	6.808	5.632
Remuneração de capitais de terceiros	<u>6.984</u>	<u>4.921</u>
Juros	5.075	3.948
Outros	1.909	973
Remuneração de capitais próprios	<u>45.494</u>	<u>37.438</u>
Dividendos intermediários pagos	41.315	-
Lucro do exercício retido	4.179	40.430
Absorção de prejuízos acumulados	-	(2.992)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão. A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

Demais informações sobre o contrato de concessão poderão ser verificadas na nota explicativa nº 24.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais - R\$, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando este tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.8. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos (vide nota explicativa nº 11). Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando estes estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

- c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.10. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 14.

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber é com a parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração da gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

2.11. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.12. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia oferece a seus empregados planos de opção com base em ações e recebe os serviços como contraprestações. O plano de opção com base em ações será liquidado com as ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga (vide nota explicativa nº 15.d)).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base em ações”, que registrou o benefício aos empregados.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber é deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como receitas antecipadas no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a parte relacionada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e empréstimos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 15.e).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.16. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.17. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010): esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): a IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.
- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento: as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais: fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.

- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios: esclarecem que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que deem a seus detentores direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que uma outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

2.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1): aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo um certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2): introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2): substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação: substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2): é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2): apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3): permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2): altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2): reflete modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2): as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (a) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) que qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) que as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e à medida que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes,

determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 24.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índice de Preços ao Consumidor - IPC),

setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e à parte relacionada que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são usadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente, levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está na média ponderada das captações do exercício (vide nota explicativa nº 13).

- b) Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	2.590	1.007
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (*)	<u>12.423</u>	<u>28.826</u>
	<u>15.013</u>	<u>29.833</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam de um a três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

5. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cupons e cartões de pedágio a receber (*)	5.288	4.255
Outras contas - receitas acessórias	<u>41</u>	<u>37</u>
	<u>5.329</u>	<u>4.292</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração da gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição de contas a receber.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$322 (R\$286 em 31 de dezembro de 2010) é composto substancialmente por prêmios de seguros (vide nota explicativa nº 23).

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	101	83
Adições	21	40
Baixas	(40)	(29)
Atualização monetária	<u>15</u>	<u>7</u>
Saldo no fim do exercício	<u>97</u>	<u>101</u>

8. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado</u>	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	5.564	1.370	424	9	251	7.618
Adições	515	39	75	-	155	784
Baixas	-	(10)	(6)	-	(33)	(49)
Transferências	-	478	-	-	-	478
Depreciação	(1.719)	(277)	(62)	-	(53)	(2.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>4.360</u>	<u>1.600</u>	<u>431</u>	<u>9</u>	<u>320</u>	<u>6.720</u>
Adições	818	144	104	-	255	1.321
Baixas	(2)	(6)	(5)	-	(32)	(45)
Transferências	15	-	14	-	-	29
Depreciação	(1.674)	(287)	(66)	-	(82)	(2.109)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>3.517</u>	<u>1.451</u>	<u>478</u>	<u>9</u>	<u>461</u>	<u>5.916</u>
Taxas anuais de depreciação - %	15,0	10,0	10,0	-	10,0	-

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, não foram capitalizados encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$162 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou processos de qualquer natureza.

9. INTANGÍVEL

	<u>Contrato de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	56.425	631	282	57.338
Adições	18.268	-	48	18.316
Baixas	(191)	(49)	-	(240)
Transferências	104	(582)	-	(478)
Amortização	(2.796)	-	(81)	(2.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>71.810</u>	<u>-</u>	<u>249</u>	<u>72.059</u>
Adições	31.539	77	157	31.773
Transferências	(29)	-	-	(29)
Amortização	(3.991)	-	(98)	(4.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>99.329</u>	<u>77</u>	<u>308</u>	<u>99.714</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 4,32% (4,14% em 31 de dezembro de 2010).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 15% ao ano (15% ao ano em 2010).

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para contingências	1.118	938
Provisão para manutenção e amortização de intangível	(6.865)	(4.612)
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	4.190	4.484
Outros	<u>808</u>	<u>851</u>
	<u>(749)</u>	<u>1.661</u>
Ativo diferido	6.179	6.347
Passivo diferido	<u>(6.928)</u>	<u>(4.686)</u>
	<u>(749)</u>	<u>1.661</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(15.464)	(11.177)
Imposto de renda diferido	<u>(1.555)</u>	<u>(1.615)</u>
	<u>(17.019)</u>	<u>(12.792)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(5.620)	(4.090)
Contribuição social diferida	<u>(561)</u>	<u>(592)</u>
	<u>(6.181)</u>	<u>(4.682)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	68.694	54.912
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(23.356)	(18.670)
Outros	<u>156</u>	<u>1.196</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(23.200)</u>	<u>(17.474)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - corrente	(21.084)	(15.267)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - diferido	(2.116)	(2.207)

11. EMPRÉSTIMOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro	Novembro/2012	109% do CDI	36.407	-
Capital de giro	Outubro/2014	CDI + 2,032% a.a.	<u>39.566</u>	<u>35.110</u>
			<u>75.973</u>	<u>35.110</u>
Circulante			<u>49.764</u>	<u>-</u>
Não circulante			<u>26.209</u>	<u>35.110</u>

Para o empréstimo da Ecosul são exigidas as manutenções de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5 e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.

Entre outras, em garantia do empréstimo, a Companhia fez cessão fiduciária dos direitos creditórios do pedágio e tem como avalista a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística.

Em novembro de 2011, a Companhia celebrou contrato no valor de R\$36.000 com a finalidade de capital de giro, em que a controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços será sua avalista. Esse empréstimo não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

O vencimento da parcela não circulante tem a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2011</u>
2013	12.971
2014	<u>13.238</u>
	<u>26.209</u>

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas para execução e administração de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo - não circulante - intangível-			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	<u>17.021</u>	<u>11.420</u>
		17.021	11.420
Passivo - circulante - não circulante:			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	260	6
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora indireta	36	33
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	<u>356</u>	<u>307</u>
		652	346
Resultado - despesa e custo:			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	367	106
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora indireta	412	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	<u>4.641</u>	<u>4.449</u>
		<u>5.420</u>	<u>4.555</u>

(a) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Companhia e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário da Ecosul e manutenções nas rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$40.985; desse total, foram incorridos R\$38.935 e há um saldo de serviços a incorrer de R\$2.050 com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

(b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$4.642, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(c) Refere-se ao aluguel de imóvel, onde está localizada a sede da Ecosul.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2011 em R\$792 (R\$659 para o exercício de 2010).

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	383	392
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 15.d))	31	-
Participação nos resultados e bônus	<u>208</u>	<u>267</u>
	<u>622</u>	<u>659</u>

13. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente à taxa de 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos conforme segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	5.620	6.437	-	-	12.057
Efeito do valor presente sobre a constituição	(815)	-	-	(400)	(1.215)
Realização da manutenção	(3.686)	-	(4.289)	-	(7.975)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>490</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>186</u>	<u>676</u>
	<u>1.609</u>	<u>6.437</u>	<u>(4.289)</u>	<u>(214)</u>	<u>3.543</u>
Circulante	<u>420</u>				<u>2.080</u>
Não circulante	<u>1.189</u>				<u>1.463</u>

14. PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de naturezas trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas, cíveis e tributárias foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	1.806	77	(577)	163	1.469
Trabalhista (b)	<u>1.100</u>	<u>100</u>	<u>(210)</u>	<u>300</u>	<u>1.290</u>
	<u>2.906</u>	<u>177</u>	<u>(787)</u>	<u>463</u>	<u>2.759</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2011</u>
Cível (a)	1.469	1.196	(661)	167	2.171
Trabalhista (b)	<u>1.290</u>	<u>172</u>	<u>(372)</u>	<u>28</u>	<u>1.118</u>
	<u>2.759</u>	<u>1.368</u>	<u>(1.033)</u>	<u>195</u>	<u>3.289</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras perdas de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2011 R\$2.407 (R\$2.523 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$290 (R\$215 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras nem nos negócios da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e empregados-chave que não sejam administradores estatutários da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$31.

e) Dividendos propostos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido, remanescente do exercício, após constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

A Companhia efetuou o pagamento de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$30.322, referentes ao lucro do exercício de 2010.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos é como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucros acumulados	-	2.992
Lucro líquido do exercício	<u>45.494</u>	<u>37.438</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>45.494</u>	<u>40.430</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.374	10.108
Dividendos intermediários pagos	<u>41.315</u>	-
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	<u>4.179</u>	<u>30.322</u>

f) Reserva de capital - ágio

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul.

16. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	78.696	68.401
Pedágio por equipamento eletrônico	19.593	12.340
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>37.581</u>	<u>31.701</u>
	135.870	112.442
Receita de construção	31.546	17.958
Receitas acessórias (*)	680	324
Receita bruta	<u>168.096</u>	<u>130.724</u>
Deduções sobre a receita bruta	(11.791)	(9.766)
Receita líquida	<u>156.305</u>	<u>120.958</u>

(*) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal	11.736	10.864
Conservação e manutenção	8.952	9.007
Serviços de terceiros (*)	13.258	11.757
Seguros	634	650
Poder Concedente	1.359	1.124
Provisão para manutenção	6.038	1.351
Depreciação e amortização	6.198	4.988
Locação	1.167	1.034
Custos com construção	31.546	17.958
Outros	<u>1.885</u>	<u>3.247</u>
	<u>82.773</u>	<u>61.980</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	72.560	50.938
Despesas gerais e administrativas	<u>10.213</u>	<u>11.042</u>
	<u>82.773</u>	<u>61.980</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.405	1.351
Outras	<u>19</u>	<u>9</u>
	<u>2.424</u>	<u>1.360</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos sobre empréstimos	(5.075)	(3.948)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	(186)	(212)
Obrigações fiscais	(338)	(226)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(723)	(44)
Outras	<u>(663)</u>	<u>(703)</u>
	<u>(6.985)</u>	<u>(5.133)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.561)</u>	<u>(3.773)</u>

19. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	2,56	2,10

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	45.494	37.438
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	17.784	17.755

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

20. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a administração da Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a PLR foi de R\$668 (R\$669 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 11, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 15).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas, definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0 e 102,0% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida (i)	75.973	35.110
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(15.013)</u>	<u>(29.833)</u>
Dívida líquida	<u>60.960</u>	<u>5.277</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>30.416</u>	<u>56.528</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,00</u>	<u>0,09</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo.

No encerramento do exercício, não há concentrações significativas de risco de crédito para empréstimos e recebíveis designados ao valor justo por meio do resultado. O valor contábil refletido a seguir é referente à exposição máxima da Companhia ao risco de crédito para tais empréstimos e recebíveis.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	5.329	5.329
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	12.423	12.423
Passivos:			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	3.006	3.006
Empréstimos (iii)	Outros passivos financeiros	75.973	75.592

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.

(iii) Calculados através do fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$5.288 (R\$4.255 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>
Capital de giro	109% do CDI	36.406	-	-
Capital de giro	TJLP + 2,45% a.a.	13.358	12.971	13.238

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>10.841</u>	<u>13.056</u>	<u>15.263</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deteriorações de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	11,60%	14,50%	17,40%

(*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do funcionário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$49 (R\$39 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

23. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura R\$ mil</u>
Seguro garantia	Junho de 2011 a junho de 2012	39.998
“All Risk” - responsabilidade civil	Junho de 2011 a junho de 2012	151.841
“All Risk” - danos materiais	Julho de 2011 a julho de 2012	10.848
“All Risk” - perda de receita	Julho de 2011 a julho de 2012	12.653
“All Risk” - riscos de engenharia	Julho de 2011 a julho de 2012	1.500
Seguro sede	Junho de 2011 a junho de 2012	5.160
Veículos	Julho de 2011 a julho de 2012	Tabela FIPE

24. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo inicial de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização

É calculada pelo percentual de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da ANTT e classificada na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado.

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	31.546	17.958
Custos de construção	<u>(31.546)</u>	<u>(17.958)</u>
	<u> =</u>	<u> =</u>

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$70.475 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.
